A Transfiguração da História pela Cultura do Dever-Ser na Alemanha e no Brasil

Prof. Dr. Lamartine P. DaCosta *

Sein (ser) e Sollen (dever-ser) são categorias originárias do Idealismo alemão, desde Kant e Hegel, o que tem correspondido, pela tradição filosófica, ao confronto entre "fato" e "valor", sobremaneira enfatizado por Hume em 1740, quando da publicação de A Treatise of Human Nature (1).

As repercussões da independência dos valores (dever-ser) diante dos fatos (ser), todavia, se produzem, no presente, em diferentes correntes filosóficas, sugerindo constituir uma questão fundamental dos pensadores contemporâneos, como tem destacado Habermas (2).

Em resumo, as filosofias kantiana e hegeliana distinguem, na origem do pensamento racional, o "ser" do "dever-ser", uma vez que - em fatos - são pertinentes as relações causais e, nos valores, as implicações normativas lógicas, advindas do conhecimento da realidade. Tal harmonia, contudo, nem sempre acontece, a julgar pelas perspectivas de Myrdal, para quem "na cultura ocidental as pessoas presumem, como proposição abstrata, que quanto mais gerais e independentes de época são as valorações, mais alto o seu nível moral" (3).

Como contraponto, os fatos têm sido comumente "absolutizados", uma expressão cara aos pensadores frankfurteanos da década de 30 passada, quando à época criticavam as interpretações científicas da sociedade e da cultura então dominantes (4).

Enfim, as relações mal resolvidas entre "ser" e "dever-ser" acabaram por se refletir na interpretação da História e, neste caso, os escritos parisienses de Walter Benjamin, também dos anos 30, são sintomáticos, ao desvelarem a convivência nostálgica e ambígua da Europa com o passado. Ou seja: sempre hesitante em relação ao presente, o velho continente voltara-se para o futuro como exercício de renovação do conhecimento e reverenciado; daí, viver a História e as utopias era citar o passado, dando-lhe sempre novas energias e molduras (5).

No Brasil, em tese, a tradição é também de insegurança quanto aos momentos passantes, porém nossa nostalgia se revela orientada para o futuro, que é uma representação do presente das nações mais destacadas e supostamente mais adiantadas. E, completando o paradoxo, tornamo-nos ambíguos por ostensiva indiferença ao passado. Somos, então, utópicos sobretudo no âmbito do "dever-ser" e bem menos de acordo com o nosso modo de

---

* Professor Doutor em Ciências Sociais, atuando no Mestrado em Administração de Centros Culturais da UNI-RIO, como Professor Convidado da UERJ.

"ser". Ou, repetindo Mário de Andrade: somos sem nunca termos sido...

O desvario do dever-ser entre os intelectuais brasileiros, aliás, já consta nos relatos de José Bonifácio de Andrada e Silva, após a experiência amarga da consolidação da Independência. Para o nosso Patriarca, a nova pátria já exibia, desde sua colonização, um extravagante distanciamento entre o Brasil "real" e o Brasil "ideal", embora este constituísse uma vantagem inicial para um País em formação (6). A exaltação nacionalista sobreviveu, nos estágios que se sucederam, sem uma efetiva contrapartida da realidade, acabando por se legitimar como um futuro a alcançar, outra necessidade indiscutível para qualquer brasileiro.

Hoje, na plenitude da decadência nacional, são visíveis as conseqüências da transfiguração da História do Brasil, praticada em nome de um dever-ser hipertrofiado que só obteve repercussões efetivas onde houvesse vantagem garantida e imediata, ao estilo do velho mercantilismo colonial. Assim, convive-se com uma educação indigente e socialmente desvalorizada desde o seu literal extermínio em 1750, durante a perseguição aos jesuítas; com um Estado patrimonialista que dispõe dos bens públicos como privativo dos grupos e indivíduos que dele fazem parte; com uma prática política valorizada como sectarismo; com uma falsa abolição da escravatura que transferiu a população negra das senzalas para as favelas, e outras perversidades que são lógica e fundamento do ser social e institucional do País.

De qualquer modo, há quase dois séculos, os pensadores brasileiros estão decifrando o confronto radical entre o ser e o dever-ser que tem assumido distintas fisionomias por contraste de épocas, padrões sociais, natureza geográfica ou níveis econômicos. A paródia tão repetida da "Belíndia" - o Brasil interpretado como um misto de Bélgica e Índia - nada mais representa, portanto, do que uma banal simplificação deste antagonismo fundamental brasileiro, atualizado em termos de economicismo profético.

No plano das generalidades, há também incisivas indicações sobre o empenho dos brasileiros em considerar o futuro como tótem e o passado como tabu, hipótese sempre renovada no cotidiano da política e das promessas eleitorais. Tal inocuidade do dever-ser perante a virtual interdição do ser nacional já se exprimia por vias diversas, nos textos amargos de Tobias Barreto, no tom agressivo de Sílvio Romero e na literatura trágica de Euclides da Cunha, há mais de meio século (7). O Movimento Modernista de 1922 deu continuidade ao tema na perspectiva mais ampla da cultura e obteve mais ressonância por meio da carnavalização das denúncias.

Mais sutil em sua crítica, manifestou-se Mário de Andrade, que deu forma alegórica ao ânimo dos intelectuais no trato das tensões nacionais, habitualmente retrógrado em relação ao mundo europeu: "Sou um tupi tangendo um alaúde". A frase é do texto Paulicéia Desvairada, vindo a público ainda na década de 20, período de intensa frustração no País, fruto de três décadas de corrupção política e descalabro governamental, após a ordem e o

progresso prometidos pelos proclamadores da República.

Que não se julguem, hoje, as sátiras modernistas pelo prisma das reações às contingências. Talvez a criação do Partido Comunista Brasileiro e a gestação da Revolta dos Tenentes - ambas no ano-marco de 1922 - possam ser assim consideradas. Mas não a ruptura cultural intencionada pela então vanguarda da modernidade brasileira, cuja inspiração reformista incidia no retorno às raízes nacionais, já depurado do irrealismo romântico pós-Independência. Significativamente, o mesmo Mário de Andrade criticava a oscilação entre o "otimismo em excesso e pessimismo em excesso" das nossas tradições nacionais. No geral de suas obras, os modernistas mostraram-se implacáveis na desmoralização do Brasil "legal", versão imposta pelo bacharelismo dominante no Império e na República Velha (8).

Essa explícita consciência de fazer emergir o Brasil "real" sobreviveu durante a década de 30 e início dos anos 40, quando Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Caio Prado Júnior e vários outros buscaram uma melhor compreensão do ethos nacional, por eles situado nos fundamentos da cultura brasileira.

Após 1945, com o fim do Estado Novo, acelera-se o crescimento econômico. O País "ideal" volta a dominar as mentes, culminando com a construção de Brasília, hoje a expressão mais bem-acabada do imaginário social brasileiro. Depois, seguem-se as duas décadas de ditaduras militares, em que o frenetismo do dever-ser é levado às últimas conseqüências: a economia nacional aproxima-se das nações mais avançadas, ao passo que as contradições sociais permanecem entre as mais contundentes do mundo contemporâneo.

Retomadas as liberdades civis, encontramo-nos, no presente, envolvidos em circunstâncias idênticas às decepcionantes repercussões da Independência e da República, em que o esforço em prol da democracia e da cidadania perdeu ímpeto e continuidade em curtíssimos prazos. Isto reforça a hipótese de que o sentido de emancipação introduzido pelo Iluminismo no Brasil, há mais de dois séculos, esgota-se nos limites e no transcurso do próprio ato. Seríamos, afinal, emancipadores nas grandes causas e, fora delas, submissos à barbárie originária, sempre presente com novas roupagens e motivações.

Claro está que estes pressupostos não se referem à desgastada tese da repetição determinista ou cíclica dos fatos históricos, mas aos fatores que se mantêm constantes na História, até que sejam conhecidos suficientemente, para mudança ou consagração.

Se não há diálogo com a História, como dizia Walter Benjamin, não é possível decifrar nem vivenciar acontecimentos. No Brasil, entretanto, os próprios intelectuais, quando observados em conjunto, revelam-se freqüentemente coniventes com a escamoteação do passado, praticada no dia-a-dia das relações sociais. Por isso, Roberto Schwarz tem se queixado publicamente de que a "cada geração a vida intelectual no Brasil parece recomeçar do zero". Tal declaração coaduna-se com denúncias similares de Eduardo Portela e outros, entre os quais Sérgio Paulo Rouanet, que reivindica, em um de seus livros, o trabalho

com o passado, para não sermos trabalhados por ele, já que "repetimos velhos protótipos na ilusão triunfal de estarmos desbravando novos continentes".

Em que pese generosidade fora do lugar, a intelectualidade brasileira não está isolada nesta intimidação pouco transparente ao senso comum, considerando-se que os historiadores da cultura identificam tal postura em diferentes episódios e ambientes, denominando-a de desistorização. Carl Schorske, por exemplo, encontrou entre intelectuais americanos um comportamento típico de desistorização, ao lidarem com preconceitos enraizados em seu país. Do mesmo modo, a inigualável geração modernista de Viena foi desistorizada por conveniências dos intrincados impasses políticos da Áustria fin-de-siécle (9).

Para o contexto brasileiro e para os intelectuais de relações mal resolvidas com a História, o exemplo da Alemanha apresenta-se como o mais produtivo, justamente porque ambos os países destacam-se no tempo como casos-limites em sentidos divergentes. Com efeito, Sein e Sollen, o ser e o dever-ser, foram textualmente ponto de partida nas filosofias de Kant e Hegel, pela distinção necessária, mas não suficiente, entre estes dois modos de refletir e representar que condicionam o agir. A atuação dos intelectuais do Romantismo alemão dos séculos 18 e 19 confirmou, na prática, as prescrições dos filósofos seminais do idealismo: a exaltação radical do ser nacional e a glorificação do passado contagiaram a sociedade germânica, possibilitando a sua primeira unificação.

O germanismo daí impulsionado teria se adaptado ao dever-ser característico do Iluminismo que impregnava a Europa nos oitocentos, e configurou a cultura alemã por formação educacional e intelectual, como até hoje ocorre e a distingue das demais. A rigor, a Alemanha cultivou inicialmente seu ser como forma de dever-ser, o que implicou a cultura voltar-se para si mesma e conformar o País, precisamente no sentido oposto à opção originária brasileira (10). No entanto, há uma semelhança entre as duas nações que resguarda as inevitáveis diferenças: a idolatria do dever-ser, cujo resultado final foi a barbárie, ora pressuposta por sublimação do ser na Alemanha e por negação do ser no Brasil.

Dentro de suas peculiaridades, a barbárie alemã tem sido uma antiga preocupação, mas, por ocasião da queda do muro de Berlim, o escritor Günter Grass recapitulou o assunto em declarações públicas. Para este autor, famoso por suas metáforas morais, os efeitos do imaginário social construído pela intelligentsia alemã foram definitivamente contraditórios. A liberdade plena e o excepcional progresso material e cultural da Alemanha do presente não permitiam, todavia, isentá-la de regressões similares ao prussianismo e ao nazismo.

Isto explicaria, em princípio, a atitude de reserva dos intelectuais alemães nos festejos da segunda unificação do País, em passado recente. Afinal, não foi por mera coincidência que Heidegger, pensador da mesma estirpe de Kant e Hegel, dedicou-se à filosofia do ser e posteriormente aderiu ao paganismo nazista (11).

Outro intelectual de renome que tem alertado a opinião pública alemã quanto às possibilidades de retorno à barbárie, é Juergen Habermas. Para este filósofo, o ser tornado absoluto em Heidegger revela-se como auto-reflexão que fecha os demais caminhos do pensar e sugere a existência de filosofias perversas. O desdobramento desta posição ocorreu na chamada "querela dos historiadores", em transcurso desde 1986, na Alemanha, em que Habermas atacou diretamente o patriotismo produzido por meio da História.

A disputa originou-se de alguns intelectuais insatisfeitos com a desistorização dos acontecimentos relativos ao Terceiro Reich, promovida pelos líderes políticos alemães do pós-Guerra. Habermas, no caso, manifestou-se por postura pedagógica que serve também como provocação os intelectuais brasileiros: o problema não se define a partir da recuperação do "passado que não quer passar", mas sim da forma de pensar a História, argumentos que estariam relacionados como falso dilema (12).

Modus in rebus, a barbárie brasileira é o nosso "passado que não quer passar", que solicita um repensar da História, da memória nacional e do papel social dos historiadores. Embora pareça ingênuo ante a situação de decadência das instituições culturais dos nossos dias, este programa tem excepcional vantagem a ser explorada: se realizado, definirá melhor a modernidade, uma expressão potencialmente capaz de gerar um consenso nacional e, talvez, uma nova grande causa para o Brasil de hoje, que tanto se questiona quanto ao futuro.

Como os governantes e políticos de todas as correntes já mencionam efusivamente a expressão modernidade, é hora e vez de esclarecê-los que o termo se refere primariamente ao oposto de suas práticas tradicionais. Esta pretensão, por si só, legitima o resgate da História e dos historiadores, mas na mesma medida retira-lhes a iniciativa.

Enfim, após as comemorações dos 70 anos do Movimento Modernista, é próprio verificarmos, na História, como seus protagonistas conseguiram sobreviver como intelectuais militantes em meio à barbárie institucional brasileira. Mário de Andrade, por exemplo, manteve-se num otimismo sóbrio e chegou a exercer uma pedagogia social à frente do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. No geral, sua obra foi calcada em intenções morais, mesmo quando realçava o deboche, como aconteceu com Macunaíma.

Mas a inspiração mais vigorosa para o enfrentamento das inquietudes atuais talvez possa vir do outro Andrade modernista, o Oswald, que se tornou emblemático, por traduzir, com poucas palavras, o núcleo comum dos problemas da modernidade brasileira: "Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente".

Haverá metáfora mais condizente para dar compreensão aos resultados da nossa singular cultura do dever-ser?

NOTAS

(1) Ver Hume, D., Tratado de la naturaleza humana, Editora Nacional, Madrid, 1981, vol. II, pp. 688-689.

(2) Habermas, J. - "Técnica e Ciência enquanto Ideologia", Abril Cultural, São Paulo, 1975, in Textos escolhidos, pp. 267-289.

(3) A citação de Myrdal, G. encontra-se em Valor em Teoria Social, Pioneira Editora, São Paulo, 1965, p. 125.

(4) Verifique-se em Jay, M., The dialectical imagination, Little Brown Co., Boston, 1973, pp. 222-234.

(5) A base desta interpretação refere-se ao texto "Sobre o Conceito da História", de Walter Benjamin, in Obras escolhidas, Brasiliense, São Paulo, 1985, pp. 222-234.

(6) Ver o manuscrito "Notas sobre Política e Economia Política", de José Bonifácio de Andrada e Silva, s/l e s/d, lata 192, doc. 76 dos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

(7) Em Tobias Barreto, ver a A Questão do Poder Moderador e outros ensaios brasileiros, Vozes-INL, Rio de Janeiro, 1977, pp. 184-194; em Sílvio Romero, a questão do "ser" e "dever-ser" é analisada por Reale, M., "Perspectivas Ontológicas do Ser-Dever-Ser, Presença Filosófica, vol. X, nº 1 e nº 2, Janeiro-Junho / 1984, pp. 193-198.

(8) Consulte-se Moreira Leite, D., O caráter nacional brasileiro, Pioneira Editora, São Paulo, 1969, pp. 195-199.

(9) Cf. Schorske, C. E., "Viena Fin-de-Siècle - Política e Cultura", Cia. das Letras-UNICAMP, São Paulo, 1988, pp. 13-24.

(10) Ver Mommsem, A., "The Burden of the Past", in Habermas, J. (ed.) - Observations on the spiritual situation of the age, The MIT Press, Cambridge, 1987, pp. 263-282.

(11) Esta Tese é de Loparic, Z., Heidegger céu - Um ensaio sobre a periculosidade da Filosofia, Papirus Editora, Campinas, 1990, pp. 207-246.

(12) Habermas, J. - "Nenhuma Normalização do Passado", in História e esquecimento. Folhetim, nº 554, setembro, 1987, São Paulo, pp. 6-7.